



LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO: UMA NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Ariovaldo Lopes Pereira – arylopes_br@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Goiás, UEG, Anápolis, Goiás, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-5626-664X>

Simei Silva Pereira de Lacerda – simeilacerda@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás, UEG, Anápolis, Goiás, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-6416-1477>

RESUMO: O artigo discute a questão da raça e racismo pelo viés do letramento racial crítico utilizando-se da narrativa autobiográfica da autora. Abordará também o tema da formação das identidades sociais e de raça. A metodologia utilizada será a Teoria Racial Crítica, que se utiliza de narrativas, contra narrativas e autobiografias para analisar as experiências vividas sobre raça e racismo. O artigo intenciona responder à seguinte questão: em que medida as desigualdades sociais e econômicas interferem na formação das identidades negras?. Assim inicia trazendo dados estatísticos do IBGE (2019) sobre a pobreza e a violência para sustentar a discussão sobre a discriminação racial historicamente construída. Faz um resgate dos fundamentos dos estudos do Letramento no Brasil, segue falando sobre o Letramento Racial e finaliza a seção abordando o Letramento Racial Crítico, a partir dos autores Rojo (2009 e 2012) Ferreira (2015). Discute como as identidades sociais e de raça são formadas e como isso afeta a convivência social, e apresenta a brevemente a Teoria Racial Crítica, teoria essa que contribui para as análises das narrativas autobiográficas. Segue apresentando as narrativas divididas em quatro relatos, que seguem uma cronologia, iniciando na infância da autora e encerrando em sua fase adulta, elas corroboram os autores mencionados mostrando como a formação das identidades social e de raça das pessoas negras refletem e atua em suas consciências. A penúltima seção apresenta a análise dos relatos, seguindo das considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento racial crítico; Narrativas autobiográficas; Identidades de raça.

1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre raça e racismo, tema complexo e controverso, haja vista o discurso de que no Brasil não existe racismo, não é tarefa simples. Mas considerando o contexto histórico atual onde, em razão da globalização, da intensificação das imigrações, conflitos motivados pelas mais variadas questões como religião e política, a exemplo, e o aumento significativo das desigualdades e da exclusão não somente entre indivíduos, mas entre povos, é de extrema relevância.

Especificamente no Brasil, os negros – categoria formada pela soma dos que se declaram pretos e pardos, somam 55,8% IBGE (2019). Essa população, que compõe o meu lugar social de fala, acumula números que não deixam dúvidas das desvantagens historicamente construídas ao longo dos anos desde o período em que pessoas oriundas do continente africano eram sequestradas e trazidas para a condição de escravos, e dos mais de 100 anos do fim legal da escravidão.

Dados recentes publicados no Informativo do IBGE (2019) intitulado Desigualdades sociais por cor e raça no Brasil, dão conta de que os índices persistem intensificando a vulnerabilidade econômica e

social da população negra. O informativo apresenta uma “análise focalizada das desigualdades sociais por cor e raça a partir de um quadro composto por temas essenciais à condição de reprodução das condições de vida da população brasileira” IBGE (2019 p. 01).

Na análise “Distribuição de renda e condições de moradia” o informativo mostra que das pessoas que estão abaixo da linha da pobreza estipulada pelo Banco Mundial, que sobrevivem com o valor inferior a US\$5,50 por dia, 32,9% são pretas ou pardas, enquanto 15,4% são brancas. Já os que estão na linha da extrema pobreza, definido pelo valor inferior a US\$1,90 por dia, 8,8% são pretos ou pardos e 3,6% são brancos, demonstrando que em todos os índices a diferença entre as raças é mais que o dobro. Reafirmando o que historicamente vem sendo construído.

Somente por esses números, já se tem a dimensão racial do problema, ou seja, a pobreza no Brasil tem cor.

Um programa criado com a finalidade de reduzir as desigualdades vividas pela população negra foi o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, (Plano Juventude Viva - PJV), no ano de 2013. Segundo Stacheira e Moura (2016), o plano foi uma estratégia do governo federal que objetivava reduzir a vulnerabilidade de jovens negros em relação a situações de violência física e simbólica no país. Sobre a violência simbólica, teorizada por Bourdieu (1989), é aquela que se apresenta de forma sutil, invisível e se estabelece numa relação de subjugação-submissão, impondo humilhação e descrédito aos indivíduos, ela é desenvolvida pelas instituições e agentes que sustentam as estruturas de poder dominante.

Os números da violência levantados pelo Plano Juventude Viva deram conta de que no ano de 2012 ocorreram mais de 30 mil mortes de jovens de 15 a 29 anos, sendo que, destes, 23 mil eram negros. Numa conta simples, foram cerca de 1.900 mortes por mês, em torno de 64 por dia, três a cada hora e uma a cada 20 minutos. Esses dados evidenciam claramente que a pobreza e as mortes violentas no Brasil têm cor e faixa etária.

De acordo com Stacheira e Moura (2016) a principal causa das mortes de jovens nessa faixa etária do PJV são os homicídios, e esses jovens mortos são, em sua maioria, do sexo masculino e negros. Os autores continuam dizendo que para a Secretaria Geral da Presidência da República,

A prevalência de jovens negros serem mais vítimas de assassinatos do que jovens brancos é uma tendência nacional. Em média, os jovens negros têm 2,5% mais chances de morrer do que os jovens brancos no país (BRASIL, 2015). Esse quadro amplifica-se quando visto sob a perspectiva da desigualdade racial, pois há um abismo que ainda separa jovens negros do pleno exercício da cidadania. (STACHEIRA e MOURA, 2016, p. 04).

O Informativo IBGE (2019) já citado, apresenta os dados sobre a violência em 2018, confirmando a vulnerabilidade a qual a população negra jovem continua exposta, assim apresenta os dados de homicídios, a face mais extrema da violência. O informativo confirma que a taxa de homicídios no Brasil em 2017 a cada 100 mil habitantes foi de 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas ou pardas. O que significa dizer que uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais de chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca, “enquanto a taxa manteve-se estável na população branca entre 2012 e 2017, ela aumentou na população preta ou parda nesse mesmo período, passando de 37,2 para 43,4 homicídios por 100 mil habitantes” IBGE (2019 p. 09)

Essas duas categorias, pobreza e violência, embora não sejam as únicas, destacam-se como base constitutiva do objetivo central deste artigo, que é discutir como as identidades sociais são formadas, nesse caso especificamente identidades de raça, e como essas identidades, forjadas na desigualdade, se relacionam em sociedade.

Assim, este artigo discutirá a questão de raça e racismo pelo viés da aquisição do letramento racial crítico, tendo como referência a narrativa autobiográfica pessoal, intencionando responder à seguinte questão: em que medida as desigualdades sociais e econômicas interferem na formação das identidades negras?

Dessa forma, inicialmente tratarei de algumas concepções teóricas sobre as diversas abordagens do letramento, letramento racial e letramento racial crítico. Tratarei aqui da Teoria Racial Crítica, teoria esta que inspira e se aproxima da análise da minha narrativa, além de ser o referencial das análises empreendidas por Ferreira em seus trabalhos com narrativas, sendo essa a autora que dará a maior sustentação teórica para este trabalho. Oportuno afirmar que este trabalho corrobora a Ferreira (2015) que entende raça como social, histórica e culturalmente construída.

A motivação para escrever sobre esse tema nasceu da participação em uma Conferência com a professora doutora Aparecida de Jesus Ferreira em março de 2019, na Universidade Estadual de Goiás - Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, quando ela apresentou os resultados de sua pesquisa de doutorado e pós-doutorado, utilizando-se de narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça. Naquela oportunidade partilhei a experiência que havia vivido anos atrás, a qual será objeto de análise no último tópico deste trabalho, que estou denominando “Narrativa pessoal de experiência de letramento racial crítico”.

2 SOBRE LETRAMENTOS

Além de habilidade individual de aquisição alfabética e numérica da leitura e da escrita, o letramento é também o uso social da leitura e da escrita em que os indivíduos se envolvem em seus contextos sociais, conforme esclarece Soares (1998 apud ROJO, 2009, p. 96)

Soares lembra que no Brasil os estudos iniciados na década de 1980 sobre os termos alfabetismo e letramento, não traziam uma distinção entre eles e que muitas vezes esses termos eram tomados como muito semelhantes e por vezes usados como sinônimos,

Chega-se a afirmar que: o neologismo (letramento) parece desnecessário, já que a palavra vernácula alfabetismo [...] tem o mesmo sentido que *literacy*. Como se vê, os vários sentidos da palavra *literacy* em inglês (alfabetização, letramento, alfabetismo) têm um papel nessa aparente sinonímia (ROJO, 2009, p. 98).

Rojo (2009) busca fazer uma distinção dos termos, esclarecendo que alfabetismo tem uma conotação de aquisição individualizada e escolar das habilidades valorizadas da leitura e da escrita, enquanto o letramento busca valorizar os usos e as práticas sociais que podem ou não envolver a leitura e a escrita. Outra distinção a se fazer é que o alfabetismo é uma aquisição obtida quase que exclusivamente nos ambientes escolarizados (valorizados), enquanto o letramento acontece em contextos diversos, tais como a família, a comunidade, o trabalho, a rua, a mídia, a escola e etc.

Outras colaborações são dadas por essa autora no sentido de elucidar o tema. Ela continua dizendo que toda essa aparente confusão entre alfabetismo e letramento ganhou mais clareza com as contribuições e a obra *Literacy in Theory and Practice* escrita por Brian Street no ano de 1984, na qual ele inaugura os novos estudos do letramento. Na sua obra divulgada no Brasil, Street propõe dois enfoques para o letramento, o enfoque autônomo e o ideológico, sendo o primeiro voltado para o indivíduo, ou seja, a forma “mecânica” do uso da escrita e da leitura.

O enfoque autônomo vê o letramento “em termos técnicos, tratando-o como independente do contexto social, uma variável cujas consequências para a sociedade e a cognição são derivadas de sua natureza intrínseca”. Ou seja, o contato (escolar) com a leitura e a escrita, pela própria natureza da escrita, faria com que o indivíduo aprendesse gradualmente habilidades que o levariam a estágios universais de desenvolvimento [...] no qual essas habilidades resultariam “no pensamento racional individual, no desenvolvimento intelectual, no desenvolvimento social e na mobilidade econômica” (ROJO, 2009, p. 99).

Diferentemente do modelo “autônomo”, que, segundo o autor, é o enfoque dominante e valorizado, o “enfoque ideológico” valoriza as práticas de letramentos que emergem nos contextos variados da cultura e das relações de poder.

Ao contrário do modelo dominante, o enfoque ideológico “vê as práticas de letramento como indissolavelmente ligadas às estruturas culturais e de poder da sociedade e reconhece a variedade de práticas culturais associadas à leitura e à escrita em diferentes contextos” [...] Por isso, práticas tão diferentes, em contextos tão diferenciados, são vistas como letramento, embora diferentemente valorizadas e designando a seus participantes poderes também diversos. (ROJO, 2009, p. 99).

Nessa mesma linha, Rojo traz ainda importantes contribuições para o estudo dos letramentos que também serviram para a análise das narrativas autobiográficas que apresentarei no item 5.1 Pensando sobre os relatos, que são as distinções feitas por Soares dos estudos de Brian Street, da versão forte e a versão fraca do conceito de letramento, quais sejam:

A versão fraca [...] ligada ao enfoque autônomo é (neo)liberal e estaria ligada a mecanismos de adaptação da população às necessidades e exigências sociais do uso de leitura e escrita, para funcionar na sociedade. [...] Já a versão forte [...] mais próxima do enfoque ideológico e da visão paulo-freiriana de alfabetização, seria revolucionário, crítica, na medida em que colaboraria não para a adaptação do cidadão às exigências sociais, *mas para o resgate da autoestima, para a construção de identidades fortes, para a potencialização de poderes* (empoderamento, *empowerment*) dos agentes sociais, em sua cultura local, na cultura valorizada, na contra hegemonia global. (ROJO, 2009, p. 99 e 100, grifo da autora).

O enfoque ideológico de Street e a versão forte de Soares (1998, apud ROJO 2009, p. 100) dizem respeito a práticas de letramento culturalmente e socialmente situadas que valorizam os contextos não hegemônicos e questionam o *status quo*, empoderam os indivíduos para uma ação transformadora. Essas práticas de letramento, que emergem do cotidiano nas culturas locais e que invariavelmente são desvalorizados pela cultura oficial são chamadas de “vernaculares” e muitas vezes são vistas como práticas de resistência por serem utilizadas para reforçar identidades, comportamentos ou estilos não padronizados.

Em razão das mudanças pelas quais o mundo contemporâneo vem passando desde as últimas décadas do século passado, com redução das distâncias quer pelos meios de transporte mais rápidos, quer pelas tecnologias e meios de comunicação digitais que mudaram a forma como as pessoas se relacionam e como as culturas se comportam e se transformam, são necessárias novas formas de leitura da realidade. Os multiletramentos ou letramentos múltiplos, embora sejam conceitos ainda novos contribuem para essa compreensão, como podemos observar em Rojo (2012 p. 29) “envolve, além da questão da multisssemiose ou multimodalidade das mídias digitais [...] a multiplicidade de práticas de letramento que circulam em diferentes esferas da sociedade”, além da dimensão da multiculturalidade, no qual significa dizer que cada cultura local vive essas práticas de formas diferentes, resultando em letramentos diferenciados.

Importante ressaltar, como é argumentado por Rojo (2012) que os *multiletramentos* são um conceito cunhado pelo Grupo de Nova Londres – GNL, um grupo formado por pesquisadores que no início dos anos 1990, na cidade *New London*, estado de *Connecticut*, EUA – daí o nome do grupo –, se reuniram com a preocupação de pensar uma nova pedagogia que desse conta dos desafios que estavam postos naquela

época. Após aquela semana de estudos e conferências, escreveram o manifesto *A Pedagogy of Multiliteracies – Desingning Social Futures* (Uma pedagogia dos multiletramentos – desenhando futuros sociais). Para Rojo,

[...] diferentemente do conceito de *letramentos (múltiplos)*, que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades em geral, o conceito de *multiletramentos* – é bom enfatizar - aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedade, principalmente urbana, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (ROJO, 2012, p. 13).

Assim, Rojo (2012) afirma que essa pedagogia dos multiletramentos propunha uma atuação docente e da escola alinhada com uma prática situada, que valorizasse as culturas do alunado e sua relação com outras culturas e espaços culturais. A junção do local e o global, aliada a uma instrução aberta que seria uma análise sistemática e consciente dessas práticas (situadas) num movimento de *desing* e *redesing*, que levaria a uma análise crítica dos diferentes modos de significação e construção de valores. Esse movimento é gestado a partir do que o GNL chama de “enquadramento dos letramentos críticos”.

2.1 Letramento crítico

Pela aquisição do Letramento Crítico – LC, os indivíduos são capazes de refletir e atuar no sentido da transformação do *status quo*, questionando as desigualdades naturalizadas pelo discurso hegemônico na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Sardinha, (2018, p. 01) afirma que “tal crítica se dá por meio da leitura, reflexão e questionamento das mensagens dos diferentes textos a que os estudantes/leitores são expostos”.

Ferreira (2015) acrescenta que o LC é uma ferramenta que contribui para a compreensão dos contextos sociais, políticos e ideológicos.

Um dos precursores do LC, Paulo Freire sempre primou por incentivar práticas pedagógicas que valorizassem a cultura e o conhecimento dos educandos e a busca por justiça social, liberdade e igualdade, numa perspectiva da emancipação do pensamento. Para ele “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”. (FREIRE, 1989, p. 13)

2.2 Letramento racial crítico

Letramento racial crítico é uma corrente dos letramentos que se propõe a estudar e entender como as relações de poder são engendradas para modelar as identidades de raça e como essas identidades atuam no seio das sociedades. A seguir transcrevo o quadro *ipsis litteris* como é apresentado por Ferreira (2015), na página 137, para demonstrar as principais definições de letramento racial e letramento racial crítico.

Quadro 1 – Definições de Letramento Racial e Letramento Racial Crítico

Terminologia	Definição de: Letramento Racial e Letramento Racial Crítico
Letramento Racial	“Letramento Racial é uma compreensão das formas poderosas e complexas em que raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais de indivíduos e grupos.” (SKERRETT, 2011, p. 314)
Letramento Racial	“Letramento Racial [...] obriga-nos a repensar a raça como um instrumento de controle social, geográfico e econômico de ambos brancos e negros.” (GUINIER, 2004, p. 114).
Letramento Racial	A perspectiva do letramento racial vai além de transcender “performances previsíveis” para a avaliação crítica do privilégio branco como ele se manifesta e é reforçado por meio de práticas de letramento. (MOSLEY, 2010, p. 453).
Letramento Racial Crítico	Ensino de letramento racial crítico é um conjunto de ferramentas pedagógicas para a prática do letramento racial em ambientes escolares com crianças, como os pares no ambiente de trabalho, colegas, e assim por diante [...]”. (MY, 2010, p. 453).

Nesta seleção, a autora mostra as várias formas de como esse conceito é tratado, bem como suas correlações com identidade racial e diz concordar com os mesmos, pois seu entendimento é o de que refletir sobre raça e racismo “nos possibilita ver nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia [...] e como tem impacto em nossas identidades sociais”, (FERREIRA, 2015 p. 138). Acerca das identidades, trataremos a seguir.

3 A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES E IDENTIDADE SOCIAL E DE RAÇA

No que diz respeito a identidades, este artigo corrobora o que Dias e Mastrella-de-Andrade (2015) afirmam: identidades são construídas a partir dos discursos nas relações socioculturais dos sujeitos históricos e situadas em seus contextos, o que significa que as identidades não são fixas ou dadas, mas elaboradas,

Como algo construído na e pela linguagem, as identidades estão intrinsecamente relacionadas a um constante processo de vir a ser, de construção, adaptação e reconstrução. Elas são associadas a sistemas simbólicos de representação onde estão envolvidas questões de poder e ideologia. (WOODWARD, 2000 apud DIAS; MASTRELLA-DE-ANDRADE, 2015 p. 80)

Estas questões de poder e de ideologia são transmitidas pela cultura, daí a afirmação de Reich (2017, p. 82) de que “para Bourdieu, o capital cultural é tão importante quanto o capital econômico na divisão das classes sociais”. Logo, infere-se que as identidades de classe e raça são fortemente influenciadas pelas relações de poder e pela ideologia.

Cabe ressaltar, como bem explicado por Dias e Mastrella-de-Andrade (2015), que quando falamos na influência do capital cultural, não estão sendo consideradas apenas a aquisição de conhecimento e as

práticas culturais dos diversos grupos sociais, mas também a aquisição do conhecimento da cultura dominante que invariavelmente é vista como superior e a mais legítima, pela sociedade como um todo. A assimilação da cultura dominante influencia na formação das identidades sociais e de raça.

O termo raça está associado a características fenotípicas que distinguem os grupos sociais, a exemplo da cor da pele. Dessas características surgem representações sociais e simbólicas capazes de caracterizar cada povo e os distinguir.

Os autores continuam afirmando que,

As identidades sociais são construídas pela diferença, através da marcação simbólica dentro de um sistema de classificação binário onde um elemento recebe um valor positivo enquanto que outro um valor negativo. Dessa forma, a produção da identidade social de raça está estreitamente ligada a questões de poder, associada a representações sociais que sujeitos (em posição de privilégio) constroem acerca de outros, dentre eles, aqueles em posições desprivilegiadas. (DIAS; MASTRELLA-DE-ANDRADE, 2015, p. 84).

Desse modo, no contexto atual brasileiro as características fenotípicas da população negra recebem classificação negativa em relação à população branca e as identidades dos indivíduos vão assim sendo forjadas.

4 TEORIA RACIAL CRÍTICA E NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS

A Teoria racial crítica TRC, traduzido do inglês *Critical Race Theory*, surgiu nos Estados Unidos, nos anos 1970, inicialmente pela insatisfação de dois pesquisadores quanto à morosidade dos processos da reforma racial naquele país, *Derrick Bell* e *Alan Freeman*. Eles então empreenderam esforços em pesquisas no campo legal, para dar mais celeridade àquela reforma. Ferreira (2014) continua dizendo que posteriormente a TRC foi trazida para o campo educacional, desta feita por *Ladson-Billings* e *Tate*. Desde então diversas pesquisas têm sido realizadas utilizando-se da abordagem da TRC em vários países, incluindo o Brasil.

A grande contribuição da TRC para as pesquisas no campo educacional é colocar a questão da raça como ponto central das análises.

A TRC se ancora em cinco grandes princípios fundamentais, quais sejam: 1. A intercentricidade de raça e racismo; 2. O desafio à ideologia dominante; 3. O compromisso com a justiça social; 4. A perspectiva interdisciplinar e 5. A centralidade do conhecimento experimental, conforme expõe Ferreira (2014).

Das cinco premissas apresentadas, a mais utilizada nos estudos em educação é a última, a “centralidade do conhecimento experiencial”, pois é esse princípio que traz as narrativas, as

contranarrativas e as autobiografias como importantes para analisar as experiências vividas sobre raça e racismo (FERREIRA 2014, p. 253).

Ferreira, (2015) esclarece que através da TRC pode-se utilizar as narrativas e histórias para entender as próprias experiências e de seus pares e como estas experiências podem contribuir para o desvelar do funcionamento da sociedade e formação das identidades, dessa forma,

[...] narrativa e contranarrativa deveria ser capturada pelo pesquisador, experimentada pelos participantes da pesquisa, e dito por pessoas negras. Os avanços da Teoria Racial Crítica que centralizam raça na narrativa e contranarrativa para o conhecer e para o conhecido. Em outras palavras, raça e racismo são colocados no centro da análise através da narrativa e da contranarrativa na Teoria Racial Crítica. (MILNER; HOWARD, 2013, apud FERREIRA, 2015, p. 132).

Assim, a TRC contribui para que o contar e o recontar das histórias de vida sirvam para entender como as identidades de raça são formadas, além de ser também um instrumento de resistência às ideologias. Enfim, passemos à narrativa autobiográfica.

5 NARRATIVA PESSOAL DE EXPERIÊNCIA DE LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO

A breve exposição sobre os letramentos, apresentada nesse trabalho, podem ser evidenciadas nos relatos que se seguirão. O enfoque autônomo de Street e a versão fraca de Soares dado por Rojo (2009) são facilmente identificados nos relatos iniciais da minha fase infante, onde o objetivo familiar era o de se adaptar ao papel “dado” pela sociedade, sem sequer questionar os mecanismos e discursos que sustentavam o *status quo*.

Observa-se então que nem o espaço privilegiado do letramento, que é a escola, tampouco os não valorizados como a família, a igreja e a sociedade de um modo geral, conseguiram encontrar caminhos para a superação as exigências sociais de adaptação. O letramento crítico e o letramento racial crítico justamente atuam no sentido de compreender os contextos sociais e de poder que modelam as identidades (FERREIRA 2015) e como essas identidades atuam na sociedade.

Na seção 2.2 acima, apresentei algumas concepções de letramento racial crítico e sua correlação com identidade racial, os quais a exemplo de Ferreira (2015) contribuíram com a minha compreensão de como raça e racismo são tratados na contemporaneidade, a partir da correlação com minhas narrativas.

Relato 01 – O Início

Vivi grande parte de minha vida sem considerar que raça e racismo existiam de fato. Sou oriunda de uma família nuclear, Cristocêntrica, formada por pai, mãe e quatro filhas. Meus pais, ambos já falecidos, retirantes da seca do Nordeste, vieram do interior da Bahia de um povoado chamado Gameleira dos Crentes, para Goiás no início dos anos 1960, apenas com a primeira das filhas e com a esperança de proporcionar uma vida melhor para a família,

eram tempos difíceis de escassez econômica. Meu pai, um negro esguio de 1,84m, era à época lavrador; minha mãe, um pouco menor em estatura, era o que se poderia denominar, nos dias de hoje, parda, pele bem mais clara que a do meu pai e cabelos lisos. Era e sempre foi do lar, viveu para o marido, enquanto ele aqui esteve, e para as filhas. Ambos eram o que se denomina atualmente de alfabéticos funcionais. Naquela época não se falava em racismo, mas agora, fazendo um retrospecto da minha infância, percebi que em diversos momentos fomos expostos a situação de discriminação e racismo. Uma das lembranças que me vieram, juntamente com uma de minhas irmãs, foi a história contada e recontada por minha mãe diversas vezes, em que meu pai, que naquela época já era motorista de caminhão, dizia para ela que era para sempre estarmos muito bem arrumadas, sendo enfático e específico nessa orientação. Desse modo, nossos uniformes estavam sempre impecáveis, alvejados até, sapatos e meias sempre limpas e a mais emblemática das ordens, nossos cabelos deveriam estar limpos e amarrados em rabo. Lembro-me que quando ele estava de folga do trabalho, sempre ajudava minha mãe e quando ele ia pentear o cabelo de uma de nós, era aquele sofrimento, ele alisava tanto e amarrava tão apertado que ficava difícil fechar os olhos. Agora a situação fica cômica, mas na época não tinha graça nenhuma, minha mãe contava que ele dizia: Preta (o apelido dela), nossas filhas já são pretinhas, não quero que ninguém fale nada mal delas. Percebo que essa preocupação dele, que se transformou numa recomendação seguida à risca, ressoa até os dias de hoje nos meus ouvidos e reflete em como eu lido com minha imagem.

Relato 02 – Pretinhas bonitinhas

Morávamos numa vila popular (a exemplo do programa Minha Casa Minha Vida) na cidade de Rialma-GO. A vizinhança era em sua maioria de trabalhadores da empresa pública de construção de estradas em que meu pai trabalhava. Havia uma família cujo os membros se tornaram os melhores amigos dos meus pais aqui em Goiás, sendo que a amizade se mantém até os dias de hoje. Eles eram brancos, a mãe e a filha mais velha tinham cabelos loiros e olhos claros. Minha mãe contava que essa amiga sempre fazia referência a nossa cor de pele e cabelo e que um dia ela disse para minha mãe, como se estivesse fazendo um elogio: Preta, suas meninas são pretinhas, mas são muito bonitinhas, elas são tão limpinhas.

Relato 03 – Acusada de Roubo

Como foi mencionado no Relato 01, vivi grande parte da minha vida sem perceber que estava sendo vítima de situações de racismo. Penso que a criação que recebi me levou a desconsiderar esses fatos. Talvez a estratégia dos meus pais não fosse consciente, mas tinha o objetivo de nos preservar de mágoas e ressentimentos. Pois bem, no ano de 2008, eu trabalhava como assessora parlamentar de um Deputado Federal da cidade onde moro, Anápolis-Go, e que já estava no quarto mandato e era muito conhecido e respeitado no meio político em todo o Estado. Logo, estar na assessoria de um parlamentar com essas credenciais conferia certo capital simbólico (reconhecimento, status, respeito) no meio político e governamental. Certa vez, o RH da Câmara Federal solicitou que eu fizesse uma mudança na categoria da conta bancária que eles usavam para fazer o pagamento do meu salário, assim juntei todos os documentos que o banco solicitou e fui até minha agência para efetuar a mudança. Naquela época minha residência era próxima à agência, então saí do trabalho por volta do meio dia, passei no banco, retirei uma senha e fui para casa almoçar. Passado algum tempo, voltei ao banco e dessa vez fui a pé, e por volta das 15h30 iniciou-se o atendimento pela gerente da minha conta. Ela, de posse de toda a documentação, não demorou a finalizar a mudança solicitada pela Câmara Federal. O atendimento estava sendo feito no andar térreo da agência, a mesa onde eu estava sendo atendida ficava posicionada a aproximadamente dez metros da entrada da agência. A gerente estava sentada de frente para a porta e eu, de costas. Percebi um movimento diferente acontecendo, pessoas descendo as escadas rapidamente, havia um movimento atípico, mas eu preocupada em voltar para o escritório, não me dei conta do que estava de fato acontecendo. Ao finalizar o atendimento, guardei meus papeis e me levantei, somente nessa hora entendi o motivo do movimento estranho. Havia quatro policiais logo atrás de mim. O Policial que estava “chefeando a operação” me abordou e convidou para segui-los até o lado de fora (a Polícia Militar não tem prerrogativa para realizar abordagens dentro de instituição financeira). Perguntei o motivo, ele disse que iria apenas fazer uma averiguação de rotina. Ainda sem entender, mas com o sentimento de que não havia nada a esconder, fui com eles até a saída, quando vi duas viaturas fechando a entrada da agência e todo o comércio ao redor parado

e as pessoas curiosas nas portas observando aquela situação. O trânsito estava tumultuado em razão de toda confusão. O policial me pediu então um documento pessoal e nessa hora me disse o motivo daquela abordagem: eu estava sendo acusada de ter cometido o “golpe do achadinho”¹ e roubado o Sr. J. A., nas proximidades daquela agência, um pouco mais cedo. Perguntou se eu havia ido lá antes, respondi que sim (havia ido retirar a senha para o atendimento). De posse do meu documento, ele fez contato com o COPOM² e disse que não havia nenhum registro em meu desfavor, fez uma série de perguntas: onde morava, se trabalhava e em qual local. Como eu estava com todos os documentos em mãos, ia mostrando para ele: comprovante de endereço, crachá da Câmara Federal etc. A gerente da agência veio até a porta para dizer que me conhecia, que eu era cliente há muito tempo, que era pessoa conhecida, mas nada o demovia daquela tarefa (ele era o único negro dos quatro policiais). Terminada toda a verificação, ele disse que mesmo não tendo nenhum registro contra mim, eu deveria ir até a Delegacia Geral para mais averiguações. Eu então disse que iria, mas no meu carro, ele concordou e disse que iriam me acompanhar a pé até minha residência. Seguimos no meio da pequena multidão, quando eles pararam e um deles perguntou se eu teria um óculos de sol na bolsa, eu disse que sim, ele pediu para que eu o colocasse. Eu, já cansada daquela situação e meio impaciente, peguei os óculos e coloquei, foi quando o Sr. J.A. disse ter me “reconhecido”, afirmando que não tinha dúvidas que eu o havia roubado. O policial então disse, já com um tom mais duro: “a senhora acaba de ser reconhecida por efetuar um roubo, não pode mais ir no seu veículo”. Assim, eu entrei na viatura e partimos escoltados até a Delegacia Geral da Polícia Civil de Anápolis. Chegando lá, fui levada para uma sala juntamente com os quatro policiais que pediram para que eu abrisse minha bolsa. Eles retiraram todos os objetos, pegaram meu talão de cheques e perguntaram sobre cada anotação feita nos canbotos, foi quando eu pedi para ligar para um advogado. Me conduziram até a recepção da Delegacia onde havia uma espécie de telefone público. Enquanto eu falava com o advogado do escritório do Deputado, um dos policiais me interrompeu com uma prancheta em mãos, pedindo meu endereço. Informei isso ao advogado, que me orientou a dar a informação, o policial então anotou. Levaram-me novamente para a sala, desta vez fiquei só por um período de aproximadamente trinta minutos. Passado esse tempo, os policiais voltaram me informando que precisavam fazer uma busca na minha casa, pois foram até meu endereço e o Sr. J. A. reconheceu a minha casa como sendo o local em que ele havia sido levado. Eu, já atordoada com a situação, disse que sim e seguimos. Já dentro da viatura me lembrei que eles deviam ter um mandado de busca. Perguntei a eles onde estava esse documento, um deles me disse que como eu havia autorizado verbalmente, eles não precisariam do mandado. Seguimos então para minha casa, onde fizeram uma revista detalhada, os quatro policiais pareciam não ter dúvidas que eu havia de fato cometido o roubo. Nada foi encontrado. Voltamos, desta vez fui em meu carro, no meio das duas viaturas, chegando novamente na Delegacia por volta das 18h00. Cerca de cinco assessores do deputado já estavam me aguardando e falaram que um dos advogados já estava vindo de Goiânia para me representar. Por volta das 20h00, o Dr. C. D. P. chegou e então fomos recebidos pelo Delegado, que tomou meu depoimento. Dr. C. D. P. solicitou acesso ao depoimento do Sr. J. A.. No depoimento ele dizia ter sido abordado por uma mulher negra, alta e magra, nas proximidades do banco, após ter sacado seu FGTS, pois ele havia sido demitido e estava com cerca de R\$800,00 (oitocentos reais). No depoimento ele dava todos os detalhes do golpe. O delegado então nos informou que Sr. J. A. pediu para fazer um novo depoimento e nesse ele mudou a versão dos fatos, informando que não tinha certeza das características da pessoa que o havia aplicado o golpe e verbalmente falou ao delegado que não tinha mais certeza de ser eu a autora. O delegado então o orientou a retirar a queixa contra mim e registrar apenas o boletim de ocorrência do roubo, e assim foi feito. Em face disso, o Delegado sugeriu que déssemos o assunto por encerrado, considerando a situação de vulnerabilidade do meu acusador, que era um lavrador e agora desempregado e sem seus recursos financeiros. Dr. Dr. C. D. P. Sugeriu que eu entrasse com representação contra o Sr. J. A., pelo crime de injúria racial (que é a ofensa à honra de uma pessoa, usando para isso, elementos como raça, cor, etnia e religião). Preferi adiar minha decisão após descansar, pois nesse momento já estava perto das 22h. Então, fomos liberados. Esse fato ocorreu no dia 21/05/2008, véspera do feriado de Corpus Christi, feriado prolongado, lembro-me que minha atitude de subserviência aos policiais também tinha o objetivo de evitar a voz de prisão, pois um habeas corpus durante esse

¹ O golpe consiste em simular que encontrou um objeto que supostamente a vítima havia deixado cair, assim, iniciava-se uma conversa que culminava com o roubo, no caso específico, a vítima foi levada para uma casa, onde lhe foi oferecida uma bebida conhecida como “boa noite Cinderela” e mais tarde foi deixado na rua, próximo ao banco.

² COPOM – Central de Operações Policiais Militares

período seria muito difícil de obter. Na semana subsequente o Deputado sugeriu que o escritório entrasse com uma representação contra a Polícia Militar do Estado de Goiás, alegando uso excessivo de força e contingente e as arbitrariedades cometidas durante o curso da ocorrência, que poderia culminar com a abertura de processo administrativo disciplinar contra os quatro policiais. Depois de analisar as consequências, optei por não levar o caso adiante. Naquela época, meu então marido estava trabalhando em outro estado, eu morava sozinha, logo me senti insegura com a situação. Assim, esse caso foi encerrado, sem gerar nenhum processo jurídico ou disciplinar. Restou apenas o constrangimento de ter sido acusada injustamente e ter sido silenciada.

Relato 04 – Atendendo ao Bolsa Família.

Esse fato ocorreu no ano de 2010 quando eu estava trabalhando na Prefeitura de Anápolis, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social exercendo cargo de confiança (Comissionado). Eventualmente, fazia atendimento aos beneficiários dos programas sociais e naquele dia em específico, fui atender uma beneficiária do Programa Bolsa Família que teve seu benefício bloqueado, fato comum de acontecer. Informei a ela e orientei quanto ao procedimento necessário para o desbloqueio e que ela levaria cerca de 90 (noventa) dias para voltar a receber o recurso, ela então ficou enfurecida e quis ouvir aquelas orientações do próprio Coordenador do Programa, o qual não se encontrava no departamento naquele momento. Informei a ela, que optou por aguardá-lo. Passado algum tempo, a senhora já estava muito mais raivosa, agitada e começou a falar alto, reclamar e usar palavras de baixo calão contra todos os servidores, havendo cerca de vinte pessoas na recepção. Ela então se aproximou novamente da minha mesa culpando-me pelo bloqueio de seu benefício. Por fim, disse que não iria mais aguardar a chegada do Coordenador e não iria mais ficar ali naquele lugar juntamente comigo e gritando, disse: sua preta suja e nojenta. Naquele momento me senti envergonhada, constrangida e compelida pelos olhares de todos que estavam na recepção, incluindo meus colegas de trabalho, fui levada a tomar alguma providência mesmo querendo apenas desaparecer daquela cena, então fui à procura do Policial Militar, que fazia a guarda do Prefeito, para que ele tomasse as providências necessárias, sendo prisão em flagrante pelo crime de racismo. Não consegui encontrar o policial, subi e descí escadas, e nesse interim a senhora foi embora. Também nesse caso optei por não a processar, a exemplo do relato anterior, minha justificativa na ocasião foi a de não querer causar escândalos para a Administração, já que eu fazia parte dela. Agora vejo que a formação da minha identidade subjugada, me impediu de tomar as providências aceitáveis para a situação.

5.1 PENSANDO SOBRE OS RELATOS

Nos relatos 01e 04 mostra-se claro o que Dias e Mastrella-de-Andrade (2015) trazem a partir de estudos de pesquisas realizadas, que o racismo está entrelaçado nas classes sociais de tal forma que resulta em desvantagens simbólicas e matérias para a camada da população negra. No caso desse relato a desvantagem simbólica representada pela preocupação com a aparência física, a qual deveria ser o mais próxima possível da identidade normativa branca, exemplificada pela constante preocupação com os cabelos crespos e volumosos que deveriam estar domados em um rabo, e a preocupação com a higiene pessoal e com as vestimentas – não que higiene não fosse um traço da minha família, mas analisando a fala “*nossas filhas já são pretinhas, não quero que ninguém fale nada mal delas*”, percebe-se que ela remete ao fato de que no Brasil é comum as pessoas negras receberem apelidos e xingamentos associados à sujeira e mau cheiro. Exemplo disso é o fato amplamente divulgado na mídia relatando uma longa elucubração feita em um grupo de aplicativo de mensagens pelo Promotor de Justiça do estado de São Paulo, José Avelino Grota, acerca do uniforme das babás que, segundo ele, são em geral feias, pobres e sem higiene. Ele termina asseverando que “negro geralmente é catinguento, fede demais”.

O mesmo percebe-se no relato 04, em que a beneficiária do programa social, branca e em situação de desvantagem econômica, contudo ancorada na vantagem simbólica da sua branquitude, se sente autorizada a falar em auto e bom som: *sua preta suja e nojenta*.

Já no relato 02, na fala permeada de racismo “*Preta, suas meninas são pretinhas, mas são muito bonitinhas, elas são tão limpinhas*”, fica evidente a desvantagem simbólica e estética à qual os corpos negros são expostos, em relação à representação normativa dos corpos brancos. O “ser bonito” está sempre associado ao “ser branco”. A conjunção adversativa, “mas” da frase em questão indica claramente o binarismo presente nessa relação:

O racismo dificulta o diálogo entre os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, pois cria fronteiras simbólicas rígidas, estabelecendo binarismos identitários, ou seja, uma identidade do que é “ser negro” contraposto ao que é “ser branco”, baseadas em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos. (FERNANDES; CORTEZ, 2016, p. 106)

Diversos aspectos poderiam ser tratados a partir do Relato nº 03, contudo o que perpassa toda a narrativa diz respeito ao discurso de descrédito e desvalorização os quais as identidades negras carregam, tema discutido por Dias e Mastrella-de-Andrade (2015). Isto fica evidenciado nas recorrentes narrativas de negros que são expostos às chamadas filtragens raciais, que acontece quando uma pessoa é escolhida em uma abordagem Policial para ser revistada e / ou passar por averiguação. Na filtragem racial fica claro que a escolha não é aleatória, mas acontece em função da cor da pele. Esse descrédito é observado no Relato nº 03 em que, embora não houvesse registro de antecedentes contra mim, eu estivesse de posse de todos os documentos que comprovavam residência, vínculo empregatício e etc., tivesse a palavra da gerente do banco em meu favor, afirmando que se tratava de uma correntista daquela agência e conhecida de todos ali, a narrativa que foi considerada verdadeira foi apenas a do meu acusador, um homem branco que disse ter sido roubado por uma mulher negra. Assim, os Policiais agiram com a certeza de que estavam lidando com uma ladra e que ela deveria ser levada para a delegacia, o que fizeram sem demonstrar dúvida alguma.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como já era esperado, escrever sobre raça e racismo de fato não é tarefa simples. Esse é um tema que traz consigo uma carga histórica muito significativa e faz emergir elementos que comumente são negados.

Os números da pobreza e da violência apresentados neste trabalho objetivaram mostrar em forma de estatística o resultado dos prejuízos históricos o qual é exposta grande parte da população negra no

Brasil. Esses prejuízos se transformam em desvantagens sociais, econômicas, simbólicas e estéticas e é sob essa base que as identidades negras são formadas.

Assim, retomando à questão posta por esse trabalho, qual seja: em que medida as desigualdades sociais e econômicas interferem na formação das identidades negras? percebeu-se que essas categorias interferem de forma decisiva na construção das identidades, o que pode ser confirmado pelas narrativas apresentadas, onde a condição de pobreza e vulnerabilidade social e econômica modelou a minha identidade familiar e pessoal, dificultando minha atuação de forma independente, espontânea e consciente com pessoa e como cidadã, até o início de minha vida adulta, onde somente por conta das diversas situações apresentadas, foi possível entender toda a dinâmica de constituição de minha identidade e assim buscar superar as amarras que me prendiam, assim, entendo que minha história se repete e confunde com as diversas histórias de negros e negras em nosso país.

Ser negro no Brasil significa ser pobre, desacreditado e silenciado. O silenciamento é o produto da ação do discurso hegemônico da identidade branca, que ao ser massivamente repetido, passa a ser verdadeiro, Dias e Mastrella-de-Andrade (2015) afirmam que “a repetitividade garante a sobrevivência dos atos performativos que reforçam identidades hegemônicas e excludentes” e continuam dizendo que da mesma forma que a repetitividade garante a sobrevivência dos atos performativos, pode haver uma “interrupção da repetitividade, o que pode tornar possível pensar na produção de identidades que não representam simplesmente as relações de poder existentes”.

Assim, o estudo do Letramento Racial Crítico pode contribuir para o surgimento de identidades mais comprometidas com a superação histórica das desvantagens, à medida que os indivíduos entendem o funcionamento das relações de poder e dos discursos, aprendem a respeitar sua história, identidade e coletivamente buscam meios para que uma sociedade mais justa e igualitária seja possível.

Nesse sentido, o contar e recontar das histórias podem ser um instrumento poderoso para que o silenciamento seja rompido. No meu caso, passar pela situação narrada no relato nº 03 fez com que, definitivamente eu aceitasse que racismo, discriminação e preconceito racial existem de fato. Foi a minha experiência pessoal de letramento racial crítico. Primeiro vivi o constrangimento pela situação; depois, a revolta; e finalmente veio a aceitação de que racismo é uma realidade, mas que a história pode ser recontada.

Nos anos subsequentes ao ocorrido, me envolvi em trabalhos com o movimento negro. Na Prefeitura de Anápolis, integrei a tentativa de criar um órgão responsável pela política de promoção da igualdade racial e o Programa Juventude Vida. Fiz parte das Comissões Organizadoras das etapas regionais de duas Conferências da Política de Promoção da Igualdade Racial realizadas no município de Anápolis-Go, sendo eleita delegada para a etapa estadual de uma delas.

Nesses anos vi poucos avanços nesse sentido, o legado que ficou foi o de que raça e racismo entraram definitivamente para a minha agenda pessoal. Desde então sou constantemente convidada para falar sobre a questão do negro e sempre trago essa narrativa, para exemplificar como a identidade negra é tratada. Invariavelmente, as pessoas se chocam em razão de ter cristalizado em suas consciências que o Brasil possui uma democracia racial na qual todos vivem em harmonia e com oportunidades iguais.

Sobre esse ativismo social, Ferreira (2015) esclarece que “é importante ter a responsabilidade de fazer o Letramento Racial Crítico em todos os ambientes sociais em que estiverem presentes”. A autora acrescenta ainda que ativismo social é parte integrante de todos os projetos da Teoria Racial Crítica, e finaliza dizendo: “para ter efeito, as histórias devem mover-nos à ação e à melhoria qualitativa e material [...] das pessoas negras”.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 7.492 de 02 de junho de 2011.** Institui o Plano Brasil Sem miséria. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm

BRASIL. **Mapa da Violência 2012.** Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

BRASIL. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica.** Nº 41. IBGE. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

DIAS, Romar Souza e MASTRELA-DE-ANDRADE, Mariana R. Narrativas de professores: identidades sociais de raça e classe no processo de ensino-aprendizagem de inglês. *In:* FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org). **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Narrativas autobiográficas de professoras/es de línguas na Universidade: Letramento Racial Crítica e Teoria Racial Crítica. *In:* FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org). **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus, Teoria Racial Crítica e Letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul./out. 2014.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERNADES, Viviane Barboza. CORTEZ, Maria Cecília. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** n. 63, p. 103-120, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n63/0020-3874-rieb-63-0103.pdf>

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC - Secad (Org.). **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/2003 - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 39-61. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf

PLANO Brasil sem miséria. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/labgov/inovacoes/cases/66-estrategia-de-monitoramento-analitico-do-plano-brasil-sem-miseria-e-programas-do-mds-2>.

REICH, Elizete Evânia. A distinção das classes sociais segundo o conceito de capital cultural em Bourdieu, e a teoria da classe de lazer de Thorstein Veblen. **S, Natal RN**, v. 1, n. 15, Maio, 2017, 81-105. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saber/article/view/11491/8558>

IBGE. **Características Étnico-Raciais da População**: classificações e identidades. Rio de Janeiro-RJ. 2013.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

ROJO, Rosane. Pedagogia dos multiletramentos. Diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (org). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SARDINHA, Patrícia Miranda Medeiros. Letramento crítico: uma abordagem crítico-social dos textos. (SEEDUC). 2018.

STACHEIRA, C. R.; MOURA, A. B. L. A Política das Políticas Públicas: uma análise preliminar sobre a gênese do Plano Juventude Viva como agenda para enfrentar a violência letal contra jovens negros no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 2016. **Anais [...]**. [S.l.]: 2016, n.p.

Matéria jornalística: José Avelino Grota, do Ministério Público paulista, usa grupo MP/SP Livre no Face para falar de babás e pobre 'que nasce feio e morrerá feio'; 'Fui sarcástico, ácido', ele diz. São Paulo. **Jornal Gazeta online**. Publicado em 04/10/2017.

SILVA, Tarcia Regina da. DIAS, Adelaide Alves. O racismo sob a forma de violência silenciosa e as contribuições da pedagogia institucional no seu enfrentamento. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p. 72-92, jan./jun. 2013.

Title

Critical racial lettering: an autobiographical narrative.

Abstract

The article discusses the issue of race and racism through the bias of critical racial literacy using the author's autobiographical narrative. It will also address the issue of the formation of social and race identities. The methodology used will be the Critical Racial Theory, which uses narratives, counter narratives and autobiographies to analyze the lived experiences about race and racism. The article intends to answer the following question: the extent to which social and economic inequalities interfere in the formation of black identities? This begins by bringing IBGE (2019) statistics on poverty and violence to support the discussion of historically constructed racial discrimination. Rescues the foundations of literacy studies in Brazil, continues talking about Racial Literacy and concludes the section addressing Critical Racial Literacy, from the authors Rojo (2009 and 2012) Ferreira (2015). It discusses how social and race identities are formed and how this affects social coexistence, and briefly presents Critical Racial Theory, which contributes to the analysis of autobiographical narratives. Continuing to present the narratives divided into four reports, which follow a chronology, beginning in the author's childhood and ending in her adulthood, they corroborate the mentioned authors showing how the formation of black people's social and race identities reflects and acts on their consciences. The penultimate section presents the analysis of the reports, followed by the final considerations.

Keywords

Critical racial literacy; Autobiographical narratives; Race identities.

Recebido em: 16/11/2019.

Aceito em: 26/12/2019.